

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional
Curso de Psicologia



Trabalho de Conclusão de Curso

**Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de
estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos
pelo racismo colonial**

Evellyn Gonçalves da Rosa

Pelotas, 2019.

Evellyn Gonçalves da Rosa

Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Miriam Cristiane Alves

Pelotas, 2019.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R788e Rosa, Evellyn Gonçalves da

Estilhaçando a máscara do silenciamento : movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial / Evellyn Gonçalves da Rosa ; Miriam Cristiane Alves, orientadora. — Pelotas, 2019.

39 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Psicologia. 2. Racismo. 3. Invisibilidade. 4. Escuta terapêutica. 5. Pensamento descolonial. I. Alves, Miriam Cristiane, orient. II. Título.

CDD : 150

Evellyn Gonçalves da Rosa

Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 08 de julho de 2019.

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dr^a. Miriam Cristiane Alves (Orientadora).
Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....
Prof^a. Dr^a. Giovana Fagundes Luczinski
Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

.....
Prof^a. Dr^a. Raquel da Silva Silveira
Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Psicóloga Liziane Guedes da Silva
Mestranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Aos meus pais, Luis Cesar e Ivete, e minha irmã, Carlita, por todo amor, carinho, cuidado e apoio incondicionais. Obrigada pela compreensão, por priorizarem a minha educação, acreditarem nos meus sonhos e me motivar a conquistá-los. Nada disso seria possível sem vocês, essa conquista é nossa!

À minha filha, Nyara, que deu um sentido especial à minha existência e me tem proporcionado grandes momentos de alegria. Ao seu pai, Cristian, pelo cuidado e atenção, por enfrentar conosco os desafios e mudanças que a vida trouxe.

À toda minha família por ser a base de tudo, minhas referências durante a vida e por estarem sempre ao meu lado.

À professora Míriam por ser uma orientadora, profissional e mulher negra inspiradora. Obrigada pela incansável dedicação, confiança, atenção e contribuição com suas reflexões valiosas para realização dessa pesquisa.

Às minhas amigas da vida que permanecem unidas nos momentos mais importantes. Mulheres negras que sempre me motivam, me inspiram e me fortalecem com sua existência e resistência: Débora, Lisandra e Viviane.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LÉÉKO e ao "Diz Ai" que foram muito importantes na minha formação pessoal e acadêmica. A todos que de algum modo contribuíram para a concretização da minha graduação e me apoiaram nessa caminhada.

Às interlocutoras e interlocutores pela disponibilidade e afetos vivenciados na construção desse estudo.

À UFPEL por ter me proporcionado um ensino de qualidade, aos seus educadores, servidores e terceirizados. Mas principalmente ao movimento negro que lutou pela democratização das universidades públicas através das ações afirmativas, elas oportunizam o acesso de negros e pobres.

Agradeço e dedico esse trabalho a minha ancestralidade, homens e mulheres que foram símbolo de resistência durante os anos mais impetuosos deste país.

*Romper silêncios é o primeiro passo para a cura
Quanto tempo você não escuta o som da própria voz?
Por medo de incomodar, a gente cala as justiças
Mas dá pra promover mudanças no conforto?
Assumimos, então, que trazemos narrativas de incômodo
Queremos que nossas palavras cortem como navalha a sua indiferença
Deixe a sua consciência intranquila, cause conflitos e tempestades
Eparrei!
Desconforto é incômodo necessário
O som das nossas rimas vai perturbar o teu sono
Desestabilizar a sua calma
E ao mesmo tempo mostrar a nós a força da quebra
A felicidade de se autodefinir
Sim, vou olhar para mim
E desta vez vou gostar do que eu vejo
E direi para mim o quanto eu sou incrível
Vou falar, gritar e me emocionar quando enxergar Dandara em mim
E essa voz vai ser coletiva, vai ultrapassar fronteiras, tirar a venda dos meus
olhos
Conceição Evaristo um dia disse: “Nossa voz estilhaça a máscara do
silêncio”
Então fale, destranque, deságue
Dá medo, eu sei, mas fale
Às vezes a gente acha que o muro é muito alto
Mas pule, garota
Você não vai nem arranhar os joelhos
(RIBEIRO, 2017)*

Resumo

ROSA, EVELLYN GONÇALVES DA. **Estilhaçando a máscara do silenciamento:** movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial. Orientadora: Míriam Cristiane Alves. 2019. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

O presente trabalho de conclusão de curso está vinculado a uma pesquisa maior do Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LÉÉKO, intitulada "A Violência do Inexistir: a construção de uma Clínica Política De(s)colonial", do curso da Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Nasce de inquietações e questionamentos gerados a partir da escuta realizada aos estudantes negros e negras da universidade no *setting* terapêutico de estágios curriculares obrigatórios. Tem como objetivo compreender os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial, na perspectiva de contribuir para uma escuta terapêutica qualificada. O referencial teórico-metodológico parte do pensamento crítico descolonial. Trata-se de um estudo qualitativo cujo universo da pesquisa investigará os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial, a partir de narrativas que expressam os sentimentos de inadequação/não pertencimento nos espaços acadêmicos e sociais. Para construção do *corpus* de análise foram realizadas entrevistas abertas, gravadas em áudio, com a pergunta norteadora: "Como você se sente sendo um estudante negro universitário?". Participaram das entrevistas estudantes negros e negras, que receberam atendimento psicológico pelo projeto de extensão Diz Aí, entre agosto de 2017 e dezembro de 2018. O processo de análise foi organizado em cinco etapas para a identificação de narrativas significativas e que permitiram a discussão e problematização dos eixos temáticos. Os eixos apresentaram as estratégias de (re)existência dos estudantes participantes. Esses movimentos de (re)existência se tornam necessários para enfrentar o constante racismo no curso e na universidade além de possibilitar o compartilhar de vivências pela ação da existência de corpos políticos negros na instituição.

Palavras-chave: racismo; invisibilidade; silenciamento; escuta terapêutica; pensamento descolonial.

Abstract

ROSA, Evellyn Gonçalves da. **Shattering the silencing mask: movements of re(existence) of blacks students amidst the invisibility-silencing imposed by colonial racism.** Guiding Teacher: Míriam Cristiane Alves. 2019. 39f. Term Paper (Psychology Graduation) – Psychology Course, Faculty of Medicine, Psychology and Occupational Therapy, Federal University of Pelotas, 2019.

The present term paper is bind to bigger research of Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LEÉKO [É'LEÉKO Study and Research Center], called: “The Violence of Unexistence: the construction of a Decolonial Political Clinic”, from the course of Psychology of Federal University of Pelotas (UFPEL). It comes from concerns and questionings generated by listening to black students at the university in the therapeutic setting of mandatory curricular internships. It aims to understand the movements of (re)existence of black students amidst the invisibility-silencing imposed by colonial racism, in the perspective of contributing to a qualified therapeutic listening. The referential theoretical-methodological comes from decolonial critical thinking. It is a qualitative study whose research universe will investigate the movements of (re)existence of black students amidst the invisibility-silencing imposed by colonial racism, based on narratives that express the feelings of inadequacy and nonbelonging on academic and social spaces. To construct the corpus of analysis, open interviews were conducted, recorded on audio, with the guiding question: “How do you feel about being a black student at university?”. Black students, who received psychological assistance from the Diz Aí [Say It] extension project, between August 2017 and December 2018, participated in the interviews. The process of analysis was organized in five stages to identify the meaningful narratives that allowed the discussion and problematization of the thematical structures. The structures presented the strategies of (re)existence of participating students. Those (re)existence movements have become necessary to face the constant racism in the course and the university as to make it possible the sharing of life experiences by the action of black political bodies existence in the institution.

Keywords: racism; invisibility; silencing; therapeutic listening; decolonial thinking.

Sumário

Introdução	10
1 Racismo, Saúde Mental e Psicologia	12
2 Percurso Metodológico	15
3 Violência racista e a produção de subjetividade	17
4 A permanência como possibilidade de transformação e de existência	22
5 Estratégias de (re)existências e de enfrentamento ao racismo	25
<i>5.1 Presença de iguais na universidade</i>	<i>26</i>
<i>5.2 Constituição de coletivos negros</i>	<i>27</i>
<i>5.3 Empoderamento</i>	<i>28</i>
6 O “Diz Aí” como estratégia de (re)existência	29
7 Permita que eu fale: Algumas considerações	32
Referências	34
Apêndice	38

Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso está vinculado a uma pesquisa maior do Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LÉÉKO, intitulada "A Violência do Inexistir: a construção de uma Clínica Política De(s)colonial", do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A escolha do tema da pesquisa partiu das inquietações e questionamentos gerados a partir da escuta realizada aos estudantes negros e negras da universidade no *setting* terapêutico de estágios curriculares obrigatórios. Vivências narradas por esses/essas estudantes (colegas de universidade) que também atravessam e habitam meu corpo político negro a partir dos vínculos construídos, mas, sobretudo, por também ser uma estudante negra em uma "universidade ocidentalizada", como refere Ramón Grosfoguel (2016).

Na perspectiva de nominar tais inquietações e questionamentos, o É'LÉÉKO tem sido fundamental, contribuindo com minha formação pessoal e acadêmica. Ao mesmo tempo em que ele subsidia a elaboração desta pesquisa, também estabelece, a partir do coletivo, o início de um processo de reflexão, autoconhecimento e compreensão sobre um sentimento que sempre me acompanhou durante o período escolar, tanto na educação básica, quanto no ensino superior. "Apesar do orgulho visível em meus olhos, sentia uma força agindo sobre mim que muitas vezes me impedia de falar ou existir plenamente" nos espaços acadêmicos "por mais que eu tirasse boas notas, fosse saudável e inteligente" essa sensação de inadequação/não pertencimento sempre esteve presente (RIBEIRO, 2018, p. 07).

Assim, ao tornar-me estagiária e posteriormente bolsista do projeto de extensão "Diz Aí!: conversando sobre raça, gênero e sexualidade" que oferece atendimento psicológico em grupo e/ou individual para pessoas (estudantes da UFPEL e comunidade em geral), percebi que esta sensação de inadequação/não pertencimento, está presente em muitos dos/as estudantes universitários/as negros e negras que buscaram ou foram encaminhados para o projeto. Passei a sentir, perceber, questionar-me sobre a existência de alguma coisa que não cala somente a nossa voz, mas a nossa existência. O que Grada Kilomba (2010, p. 171) nomeia de "A Máscara do Silenciamento".

Grada Kilomba (2010) faz uso do conceito de silenciamento como representante do colonialismo, pois o colonizador, ou seja, o branco, tinha medo de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito negro. Para serem impedidas de falar, refere a autora, as pessoas escravizadas eram obrigadas a utilizar uma máscara cobrindo a boca para silenciar. Assim, o colonizador não teria que ouvi-las e entrar em desconforto com as verdades negadas e reprimidas do “Outro” (KILOMBA, 2010, p. 177).

A máscara representa o controle da possibilidade de pertencimento dos/as colonizados/as por meio da fala, visto que somente aqueles/aquelas que são ouvidos/as pertencem. Projeto de silenciamento cuja máscara que silencia as pessoas negras não age somente na impossibilidade do ato de fala, mas, sobretudo, na invisibilidade de seus modos de existência, salienta Djamila Ribeiro (2017, p. 64).

Não obstante, reconhecer-se e se sentir pertencente a um grupo racializado é um processo que pode implicar em situações dolorosas para nós, homens e mulheres negras. Carregar um corpo político negro acarreta em inseguranças, pois a construção de um olhar para si mesmo se dá por meio do olhar e da relação com o outro.

Enquanto mulher negra, estudante universitária e futura psicóloga, estou sempre atenta à violência racista que insiste em invadir meu corpo, um corpo político negro. Estou atenta e sensível à violência racista que insiste em habitar o corpo político negro das pessoas que escuto no *setting* terapêutico dos estágios curriculares. Percebo-me em vigilância perante as experiências que sucumbem a toda e qualquer violência racista vivida por todo e qualquer corpo político negro. Contexto que me leva a reafirmar a necessidade de qualificação da escuta psicológica quanto a violência racista, pois foram vários os momentos em que escutei e/ou percebi a desvalorização de uma narrativa que traz em seu cerne o racismo. Mas afinal, o papel do psicólogo não deveria estar intrinsecamente relacionado ao propósito levantado por Frantz Fanon (2008, p. 44) de “ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”?

Ocupar seu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017, p. 64) e “tornar-se negro” (SOUZA, 1983, p. 77) não figuram como condições dadas a priori, mas sim como um

vir a ser, haja vista que estão permeados pela ideia de Não Humanidade, de Não Ser.

Nessa perspectiva, lanço alguns questionamentos: De que modo Ser e (Re)Existir na universidade em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial? De que modo a escuta terapêutica de vozes silenciadas pode estilhaçar a máscara do silenciamento, da invisibilidade?

A partir destes questionamentos, levanto a necessidade de criar subsídios à clínica psicológica para o reconhecimento do sofrimento produzido pela violência racista; subsídios que tenham a potência de contribuir com a qualificação da escuta terapêutica e do cuidado em saúde mental de estudantes negros e negras; e que criem campos de possibilidades no tocante ao enfrentamento ao racismo na prática profissional de psicólogos/as. Assim, o estudo objetiva compreender os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial, na perspectiva de contribuir para uma escuta terapêutica qualificada.

O artigo está organizado em sete seções. Na primeira, discutiremos sobre as contribuições da Psicologia para a manutenção e enfrentamento ao racismo. Na segunda trataremos do percurso metodológico utilizado para a construção da pesquisa. As quatro seções seguintes, apresentam os resultados do estudo no que tange às estratégias de (re)existência construídas pelos estudantes negros e negras. A última consiste nas considerações finais.

1 Racismo, saúde mental e Psicologia

A saúde mental também pode ser compreendida como a potência de (re)existir de sujeitos negros e negras às adversidades impostas pelo racismo colonial. A reinvenção e (re)existência dos corpos políticos negros, segundo Alves e Amaral (2018), se dá no constante enfrentamento ao racismo.

Que o racismo produz adoecimento psíquico nós, negros e negras, sabemos, experienciamos, vivenciamos. Homens e mulheres negras cujas vivências irão se diferenciar por meio racismo que estrutura nossa sociedade.

A manifestação de preconceitos, estereótipos e discriminações gera “situações de violência física e simbólica, que produzem marcas psíquicas,

ocasionam dificuldades e distorcem sentimentos e percepções de si mesmo” (SILVA, 2005, p. 130). Quando a percepção de si é internalizada de forma negativa ocorre a pressão emocional que pode ser percebida ou lida como perturbação do pensamento e do comportamento, pois, “instala-se o sentimento de inferioridade, causando constrangimento na relação com seus pares, e favorecendo o aparecimento de comportamentos de isolamento, entendidos, frequentemente, como timidez ou agressividade” (SILVA, 2005, p. 131).

O corpo negro, segundo Silva (2015), é atacado constantemente, o que faz com que o racismo incida “diretamente na construção de um autoconceito negativo e desvalorizado sobre si mesmo”, pois, o corpo é o que dá a consciência de identidade. Para a autora, “essas situações podem provocar processos de desorganização psíquica e emocional” além de uma imagem distorcida provocada pelo rebaixamento de autoestima gerado pela “exposição constante a situações de humilhação e constrangimento” (SILVA, 2005, p. 132).

No entanto, historicamente, a psicologia clínica deu pouca atenção para as vítimas de discriminação e preconceito racial. Homens e mulheres negras que ao narrarem suas experiências com a violência racista ainda são desacreditadas e silenciadas tendo recusada a escuta de suas vivências por profissionais de psicologia. Psicologia clínica, portanto, que, como refere Munanga (2017, p.38), vivencia a inércia do mito da democracia racial brasileira, corroborando a afirmativa: “Não somos racistas, os racistas são os outros!”. No entanto, para trabalhar no campo das relações raciais é preciso reconhecer que vivemos em uma sociedade racista - que pessoas têm práticas racistas - e, assim, enfrentar e reparar processos de exclusão e desigualdade, pois não falar sobre o racismo pode aumentar a sensação de que ele é um problema do outro.

A Psicologia contribui com a manutenção do racismo quando seu/sua profissional silencia e invisibiliza mais da metade da população brasileira ao não reconhecer a existência do racismo e de seus efeitos na construção da subjetividade da população negra; quando não dispõe do seu arsenal “apropriado para questões de identidade, autoestima, relacionamento interpessoal e dinâmicas psicossociais, grupais e institucionais” na escuta e análise dos efeitos psicossociais do racismo (CFP, 2017, p. 76).

Com o propósito de sensibilizar e qualificar a escuta clínica sobre a violência racista, o Conselho Federal de Psicologia vem produzindo documentos que orientam a atuação do/a profissional de Psicologia apresentando procedimentos para compreender qual seu papel no enfrentamento ao racismo. O primeiro deles é a Resolução N.º 018/2002 que determina as atribuições legais referentes à prática do psicólogo em relação ao preconceito e a discriminação racial, a partir das referências estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração de Durban, a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, o art. 5º XLII da Constituição Federal de 1988 e os artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos (CFP, 2002; 2005).

A Resolução N.º 018/2002 determina ao/a profissional de Psicologia uma postura ética em relação a situações de opressão e marginalização do ser humano. Salienta o papel do psicólogo na contribuição para diminuir e criminalizar situações de racismo, assim como, potencializar a reflexão e discussão referente ao impacto do Racismo no sofrimento psíquico das pessoas. Em seu artigo 3º assevera que “os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo” (CFP, 2002, p. 2). Além disso, prevê aos/as psicólogos/as um posicionamento diante de situações de racismo institucional, de forma que sua atuação não colabore para a efetivação dessa cultura discriminatória.

Quinze anos após essa resolução, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) criou o documento intitulado *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os* (CFP, 2017), que apresenta cinco eixos que servem como aporte teórico didático, informativo e norteador para discentes, docentes e demais componentes atrelados à área de alguma forma: as dimensões históricas, conceituais e ideológico-política do Racismo; os diversos contextos em que tal fenômeno social aparece; o histórico de enfrentamento político ao Racismo no Brasil; a relação da Psicologia com a temática; e a postura da(o) profissional da Psicologia no combate ao racismo.

O próprio documento do CREPOP apresenta, como um marco literário acerca do assunto, o livro *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social* da psicanalista Neusa Santos Souza, publicado em 1983. Sua obra, que traz depoimentos e considerações sobre a população negra em ascensão social

no Brasil, compreende uma literatura rica e de extrema importância política. Logo em seu prefácio, temos os apontamentos de Jurandir Freire Costa sobre como a autora observa a violência a qual está acometida a população negra:

Em que consiste esta violência? A autora, sem ambigüidades, aponta-nos seu primeiro traço, visto sob o ângulo da dinâmica intrapsíquica. A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as prioridades biológicas do seu corpo. Entre Ego e seu Ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico (COSTA, 1983. p. 2-3).

Como resultado desta violência, o documento de Referência sobre Relações Raciais irá tratar dos efeitos psicossociais do Racismo às vítimas do mesmo, dentre os quais ressalta: “Crescimento e questionamento”, que em suma, consiste na compreensão e enfrentamento do Racismo por parte do sujeito; “Utilização de mecanismos psíquicos defensivos contra o racismo” que, em resumo, considera o uso de mecanismo de defesa, como negar ou se identificar com o agressor, como forma de não enfrentar o Racismo e o “Dilaceramento psíquico”, que seria a forma catastrófica de conviver com o Racismo, delineando assim o sofrimento psíquico. A compreensão destes efeitos faz-se fundamental para a qualificação da escuta profissional do/a psicólogo/a (CFP, 2017)

Visto que “o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer” (CFP, 2002), é imprescindível uma escuta qualificada diante da violência racista a fim de que narrativas de homens e mulheres negras não sejam ignoradas, incompreendidas, negligenciadas, ou seja, invisibilizadas e silenciadas.

2 Percorso Metodológico

O referencial teórico-metodológico do presente artigo parte do pensamento crítico descolonial. Trata-se de um estudo qualitativo cujo universo da pesquisa investigou os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial, a partir de narrativas que expressam os sentimentos de inadequação/não pertencimento nos espaços acadêmicos e sociais.

A produção do material empírico ocorreu em abril de 2019. A construção do *corpus* de análise se deu na realização de entrevistas abertas, com a pergunta

norteadora: “Como você se sente sendo um estudante negro universitário?”. Segundo Minayo (2001) a entrevista contendo perguntas abertas e fechadas possibilita ao entrevistado expressar-se sem se sentir preso aos questionamentos. Aos participantes foi permitido falar livremente durante o processo de entrevista sobre os assuntos que emergiram como desdobramentos do tema principal, assim como sugerem Gerhardt e Silveira (2009). As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas. Após a transcrição, elas foram enviadas aos participantes para leitura, alteração e complementação de informações. Somente após o retorno das entrevistas pelos participantes, constituiu-se o *corpus* de análise.

Participaram das entrevistas quatro estudantes negros e negras, de 23 a 44 anos de idade, dos quais, três mulheres e um homem, todos regularmente matriculados em cursos de graduação e mestrado da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que receberam atendimento psicológico pelo Projeto de Extensão Diz AÍ, do curso de Psicologia entre agosto de 2017 e dezembro de 2018. Para garantir a confidencialidade das informações, foram utilizados pseudônimos de origem africana, bem como, foram suprimidas das narrativas transcritas quaisquer informações que possibilitem a identificação dos participantes: Akin, 27 anos de idade, estudante de Direito; Latifa, 24 anos de idade, estudante de Ciências Sociais; Fayola, 28 anos de idade, estudante de Direito; e Jamila, 44 anos de idade, estudante de pós-graduação.

A participação na pesquisa seguiu as normas do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012; 2016) que dispõem sobre a realização de pesquisa envolvendo seres humanos por meio da apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudante teve a garantia de tomada de decisão em participar ou não do estudo de forma justa e sem constrangimentos.

O processo de análise foi organizado em cinco etapas: 1) leitura preliminar do *corpus* de análise e identificação de temas emergentes a partir da relação entre pesquisadora e narrativas; 2) leitura minuciosa do *corpus* de análise para confirmação e emergência de novos temas; 3) identificação de relações de interdependência entre os temas e agrupamento destes em eixos temáticos; 4) identificação de narrativas significativas e construção de um quadro que interligou as narrativas, os temas e os eixos temáticos; 5) discussão e problematização dos eixos temáticos.

Ao longo da primeira e segunda etapas, emergiram da relação entre pesquisadora e *corpus* de análise quatorze temas, de modo que a busca pelas relações de interdependência entre eles resultou em quatro eixos temáticos: 1) Violência racista e a produção de subjetividades; 2) A permanência como possibilidade de transformação e de existência; 3) Estratégias de (re)existência e de enfrentamento ao racismo e 4) O “Diz Ai” como estratégia de (re)existência.

3 Violência racista e a produção de subjetividade

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia
tá aqui”*

(EMICIDA, 2019)

O “Negro” é aquele “que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender” (MBEMBE, 2014, p. 11). Aquele que é invisibilizado e silenciado mediante a hierarquização do humano em superiores e inferiores, racionais e irracionais, modernos e tradicionais, civilizados e primitivos, cuja ideia de raça consolida o racismo colonial (QUIJANO, 2010).

O colonialismo causa impacto na construção da masculinidade do homem negro. Fanon (2008) descreve a visão colonial de que “o negro tem uma potência sexual alucinante” (2008, p. 131). Há estereótipos sexuais sobre homens negros que se interseccionam e são resultados do racismo/sexismo produzidos pela modernidade/colonialidade. A respeito disso, um dos entrevistados nos relata:

Na questão sexual tem muita piada quanto a nossa virilidade, como se todos nós fossemos sei lá, meio selvagem [...] esse estereótipo, hiperssexualização, como se a gente fosse quase um bicho reprodutor (AKIN, 2019).

As mulheres negras, segundo Hooks (2006), carregam em seus corpos os efeitos psicossociais do racismo na manifestação de dificuldades de vivenciar e expressar o amor, seja nos âmbitos de seus relacionamentos afetivos ou familiares, causando comprometimento da sua autoestima.

Um dos principais exemplos... foi a questão de relacionamentos sabe, o qual sempre deixaram muito bem esclarecidos que eu nunca seria uma pessoa não só desejável, mas uma pessoa digna de ser amada. Então realmente eu sempre entro em embate em questão de: será que essa pessoa realmente, mesmo em questão de amizade, essa pessoa realmente tem uma aliança comigo? Tem um envolvimento comigo? Porque me

ensinaram isso, me ensinaram que eu não posso sentir o mínimo de humanização [...] Quando eu comecei a debater comigo mesma foi um dos ápices dos meus surtos, eu não podia me dar o direito de me dar um pouco de humanização, ser um pouco humana, eu não podia me dar o direito de fraquejar, descansar, eu não podia me dar o direito de pensar que alguém poderia me tratar bem, um simples tratar bem, uma simples gentileza, eu não posso aceitar porque pra mim não existe isso, num envolvimento e numa educação tão hostil que nem eu vivi, tão violenta eu não poderia receber isso (LATIFA, 2019).

Essa dificuldade de vivenciar e expressar o amor que sentem é uma forma de proteção ante aos ataques de uma sociedade racista e machista que impossibilita a mulher negra a reconhecer que sua vida interior é importante. Para amar, as mulheres negras precisam exercitar a resistência.

Conforme Munanga (2017) o racismo está presente em diversas sociedades contemporâneas, atravessando a cultura, as instituições e o cotidiano das relações interpessoais. Porém, “há pessoas que não o enxergam ou preferem não vê-lo” (MUNANGA, 2017, p. 33).

Ao pôr em discussão a segregação silenciosa vivida pela população negra, Nogueira (2017, p. 122) traz o conceito de “*apartheid* psíquico”. A autora faz referência aos sentimentos persecutórios vivenciados por homens e mulheres negras devido a negação do preconceito racista e a afirmativa branca da vivência de uma perseguição sem razão. Ela salienta, ainda, que homens e mulheres negras continuam sendo afetadas pelas marcas inscritas em sua subjetividade, mesmo que hoje se saiba do significado de ser negro, assim como sua implicância social e histórica.

“Ser duas vezes melhor!” Frase naturalizada que muitas pessoas negras crescem ouvindo, e que gera segundo Nogueira (1988, p.79) o sentimento “de nunca sermos suficientemente bons nas relações ou funções por nós assumidas”. As aspirações em sermos os melhores e exemplares, segundo a autora, representa “a impossível superação do incômodo de sermos portadores de um corpo negro” (NOGUEIRA, 1988, p. 79). Corpo que pela impossibilidade de existir em uma sociedade marcada pela violência racista, vivenciará a invisibilidade e o silenciamento – eis as dificuldades apontadas por Akin:

Ser um homem negro é, primeiro que qualquer coisa que a gente vá conquistar na vida, parece que nós homens negros temos que se esforçar um pouco mais que os outros se a gente quer emprego, então além de ser competente tu tem que se esforçar pra ter uma aparência um pouco melhor, tu tem ou pra compensar, por exemplo, se tu não tem a aparência que a sociedade espera que tu tenha, tu tem que então ser um cara bem desenvolvido, tu tem que ter um linguajar muito refinado muitas vezes, ou tu

tem que ser um cara muito engraçado e se tu não consegue isso então tu não consegue ser duas vezes melhor, e aí vem as dificuldades (AKIN, 2019).

A sociedade brasileira atualiza constantemente o silenciamento e a invisibilidade da população negra, na medida em que as pessoas brancas não se reconhecem racistas, mas, ao mesmo tempo, reproduzem a ideia de inferioridade e/ou não humanidade de homens e mulheres negras em suas práticas cotidianas. Silenciamento e invisibilidade que produzem efeitos sobre a subjetividade e intersubjetividade de pessoas negras, provocando, segundo Silva (2005), um sentimento de inferioridade. Mas, ao mesmo tempo, produzindo movimentos de (re)existências no cotidiano da vida (ALVES; AMARAL, 2018).

A construção subjetiva da pessoa negra é forjada pela violência racista implícita e explícita que irá lhe produzir o desejo de negar elementos que remonta a sua matriz civilizatória africana, para colocar no lugar o ideal de brancura, como já discutido por Fanon (2008) e Souza (1983). Nessa perspectiva, Nogueira (1998, p. 115) refere que “a condição de existência do negro se define a partir da noção de não ser branco”, de modo que “ser branco é a condição que conteria a possibilidade da não rejeição do olhar do outro e, portanto a possibilidade de se ver, no outro, reconhecido como igual”.

Eis a alteridade enquanto dispositivo que constitui nossa existência na relação com o sujeito branco, afinal, quando a pessoa negra tenta negar e anular a si mesmo a partir da negação do seu corpo, torna-se sujeito do “outro” (NOGUEIRA, 1998, p. 90). Para essa autora “ser sujeito é, portanto, ser outro”, de modo que, “ser outro é não ser o próprio sujeito, no caso do negro” (p. 90).

Na perspectiva de pensar a alteridade na relação entre sujeitos negros e brancos, Mbembe (2014, p. 26) faz referência ao “alterocídio” que consiste em “constituir o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou destruir”. Altericídio que produz sentimento de inadequação e de não pertencimentos em homens e mulheres negras.

O racismo na universidade existe e afeta de tal maneira que, às vezes, nós pessoas negras, não queremos ir para a universidade porque não nos enxergamos nela, nas aulas, nos corredores, além de sermos discriminados direta ou indiretamente pelos professores em sala de aula, como salienta Latifa:

Uma das épocas mais tristes que eu passei foi quando eu desisti de querer estudar, de querer estar dentro do curso. Foi quando uma professora minha branca, foi racista comigo na frente da minha turma inteira [...]. Eu fiquei longe, nunca mais fui à aula, não tem como. Eu fui largando aos poucos, mas depois eu larguei de tudo, de vez. Eu demorei muito a me interessar por estudar, acho que fiquei um ano e meio onde estudar me doía. Só agora depois de 2 anos eu estou voltando a estudar (LATIFA, 2019).

Segundo Moreira (2019, p. 82) o impedimento de acesso a oportunidades profissionais e acadêmicas é o mesmo presente nos estereótipos negativos das piadas racistas. O autor explica que “as manifestações do racismo recreativo estão baseadas na noção de que negros são moral, intelectual, sexual e esteticamente inferiores a brancos” (MOREIRA, 2019, p. 155).

Há relatos de falas preconceituosas de professores então com certeza eles [estudantes negros ingressantes] se sentem não acolhidos e ainda objeto de piadas (AKIN, 2019).

Para o autor, “uma piada é racista quando pretende causar dano a uma minoria”, pois “afeta diretamente a expectativa deles de serem tratados de forma respeitosa” (p. 79). Moreira explica que a piada racista:

Também afeta de maneira significativa a vida psíquica das pessoas, porque piadas racistas são um exemplo do amplo sistema de opressão que diz cotidianamente para as pessoas de minorias raciais que elas nunca gozarão de respeitabilidade social, independentemente de serem ou não cidadãos exemplares (MOREIRA, 2019, p. 83).

Mas afinal, de que modo as ideias sobre alteridade trazidas por Nogueira (1998) e de altericídio apresentadas por Mbembe (2014) ao mesmo tempo em que constituem o sujeito negro na negação do branco, enquanto objetivo ameaçador desse branco, podem provocar movimentos de (re)existência no sentido de existir novamente quantas vezes for necessário na busca pela afirmação de sua humanidade? De que modo é possível produzir movimentos de (re)existências diante da violência racista que reflete em nossos corpos políticos negros, em nossa constituição subjetiva, em nossa “razão negra”, como refere Mbembe (2014, p. 57)?

A “razão negra” consiste “num conjunto de vozes, enunciados e discursos, saberes, comentários e disparates” que objetificam o “Negro” (MBEMBE, 2014, p. 57). “Razão negra” que designa um conjunto de discursos e de práticas sobre o “Negro” por meio de um trabalho cotidiano que consistiu em:

Inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais, com o objetivo de fazer acontecer o Negro enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível, a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalização prática (MBEMBE, 2014, p. 58).

“Razão negra”, portanto, que irá produzir uma “consciência ocidental do Negro” em meio aos questionamentos do colonizador: “Quem é ele”, “Como o reconhecemos?”, “O que o diferencia de nós?”, “Poderá ele tornar-se nosso semelhante?”, “Como governa-lo e para que fins?” (MBEMBE, 2014, p. 58).

O discurso da “consciência ocidental do Negro” foi aos poucos ganhando tons desafinados, vozes dissonantes que o contradiziam e contestavam, a partir da “consciência negra do Negro” (MBEMBE, p. 62). Como resposta às interrogações anteriores, são produzidos novos questionamentos, agora na primeira pessoa do singular, “Quem sou eu?”, “Serei eu, em boa verdade, quem dizem que eu sou?”, “Será verdade que não sou nada a não ser isto – a minha aparência, aquilo que se diz e se quer de mim?” (p. 58).

A estudante Latifa afirma que “tem aquela coisa do senso comum de que eu sou morena, mas, eu tenho consciência de que sou negra”. Ou seja, a “consciência negra do Negro” se apresenta a partir do gesto de autodeterminação que vem acompanhado de um “modo de presença em si, olhar interior e utopia crítica” (p. 58). Mbembe (2014, p. 59) refere, ainda, que “se a consciência ocidental é um julgamento de identidade” a “consciência negra do Negro” é o oposto, ou seja, “uma declaração de identidade”. Por meio dessa consciência, “o Negro diz de si mesmo que é aquilo que não foi apreendido; aquele que não está onde se diz estar, e muito menos onde o procuramos, mas antes no lugar onde não é pensado” (MBEMBE, 2014, p. 59).

A construção identitária do “Negro”, considerando a relação entre a “consciência ocidental do Negro” e a “consciência negra do Negro”, trará consigo vestígios de uma ou de outra, quando não, de ambas. Afinal, estas consciências são elementos constitutivos das relações de poder, a partir das quais o “Negro” é construído de maneira ambivalente como alteridade racial.

Conforme Souza (1983, p. 77),

“tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUZA, 1983. p. 77).

Ser negro, portanto, é “tornar-se negro” (SOUZA, 1983), ou seja, constitui uma postura política, pois ao assumir essa posição rompe-se com o modelo de organização social no qual se está inserido. Eis o corpo político negro. Latifa narra a sua experiência de tornar-se negra:

Foi um processo doloroso, eu fiquei muito tempo e eu digo anos, eu estou a 5 anos dentro disso me descobrindo. Foi, eu acho que a situação que eu mais entrei em crise porque [...] foi a situação mais difícil porque eu consegui ver o quanto embranquecida eu estava e eu entrei em embate com isso, porque eu tive que expulsar meu embranquecimento e tive que me enegrecer. Nisso eu consegui ver realmente as sequelas e os machucados que o racismo fez (LATIFA, 2019).

Assim, se a construção do racismo está estruturado “na negação da humanidade do negro”, o movimento de valorização e visibilidade da matriz civilizatória africana “constitui diametralmente, o seu oposto; a afirmação dessa humanidade” (NASCIMENTO, 2003, p. 54). Eis um importante movimento de (re)existência de homens e mulheres negras. (Re)existência a partir da busca pelo estilhecimento de silenciamentos-invisibilidades. (Re)existência construída na busca pelo pertencimento.

4 A permanência como possibilidade de transformação e de existência

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí”*

(EMICIDA, 2019)

As pessoas negras vivenciam a violência racista em espaços de aquisição de conhecimento. A escola é um lugar de construção de identidades que “contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual, cultural, social e pessoal”. As crianças negras tem sua permanência violada por “desqualificações e exclusões vivenciadas nesse espaço”, em forma de estigmatização, marginalização e exclusão. Nesse sentido, é um local que produz sofrimento para as crianças negras que se configura “possivelmente apenas um dos primeiros” (BENEDITO, 2018, p. 23). Desde muito cedo, Latifa recebeu a mensagem da instituição escolar que não pertencia àquele espaço:

Eu acho que pode ter começado de verdade antes do pré, e eu tinha 4 anos, foi o meu primeiro contato de verdade com o racismo, só que eu realmente não entendia. Eu era a única pessoa negra dentro da salinha junto com as outras criancinhas e por algum motivo, elas decidiram me excluir, me deixar sentada sozinha. Cada vez que eu me aproximava delas

elas saiam correndo e iam sentar em outra mesa, onde eu não estava [...] Eles [a instituição escolar] não viram de errado eu estar sempre sozinha, eles não viram de errado eu sentar excluída, então já começou por aí de eu começar a entender que eu não tinha amigos, que era uma exclusão completa (LATIFA, 2019).

Para Kilomba (2010) ser pertencente está diretamente relacionado com ser ouvido. Mas como ser ouvido e ter a fala legitimada quando se escuta que seu corpo é impróprio para pertencer a algum lugar? Quando se é convidado para “voltar” a seu lugar, ou seja, fora da universidade? São estas indagações que fazem com que o sentimento de inadequação/não pertencimento acompanhe estudantes negros e negras no espaço universitário. Conforme Gonçalves e Ambar (2015, p. 207), eles “são percebidos e se veem como corpos estranhos a este ambiente”.

A permanência “é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência”, (trans)formação de “todos e de cada um” que se dá na possibilidade de ser reconhecido e identificar-se com os demais estudantes, além de vivenciar a universidade. A transformação ocorre através das “trocas necessárias e construidoras” que acontecem através do diálogo e experiências que permitem pertencer (SANTOS, 2009, p. 68).

A estudante Jamila afirma que o fato de nós, pessoas negras não obtermos “as mesmas oportunidades” torna difícil identificar-se com os colegas na chegada à universidade “com nossa carga, com nossa bagagem, com nossa história”, pois, “nossas histórias são diferentes dos outros alunos brancos”. Experiência de impossibilidade de identificação também vivenciada por Latifa:

Quando eu ingressei na universidade [...] diretamente me **identifiquei como a única pessoa negra** dentro de sala de aula. Sim, fora eu, todos os meus colegas eram brancos [...] e a questão do primeiro embate que eu senti foi a questão do rebaixamento intelectual, de sempre sentir a superioridade dos meus colegas em cima de mim. [...] eu senti como se tivesse que me igualar muito a eles, me esforçando mais pra **ser reconhecida**. Então, parecia que estava sempre um passo atrás deles, que eu não era boa o bastante perto deles também (LATIFA, 2019).

A fala de Latifa traz a impossibilidade simbólica de identificação dos estudantes negros e negras, que também ocorre pela representatividade quase inexistente de docentes negros e negras nas universidades. Fator que segundo Carvalho (2006) faz incidir sobre os estudantes uma ausência de modelos que os auxiliem no fortalecimento de suas identidades. Como aponta o estudante Akin “a maioria dos nossos professores não são negros”, e “a gente não se vê dentro da

universidade [...] a gente não sente parte desta instituição, a gente não ouve falar de pesquisadores negros” isso torna o ambiente acadêmico “meio solitário emocionalmente e intelectualmente”.

Além disso, Latifa relata que “É muito angustiante tu estar dentro de sala de aula, tu falar de uma pessoa negra importante e teus professores não saberem quem são”. A impossibilidade material de identificação também torna a permanência solitária:

Os quadros de formandos, os quadros de diretores do curso [...] as estátuas daquela praça, nenhuma faz alusão a nossa história, nenhuma faz menção a alguma participação que a gente tenha na sociedade e isso é muito solitário, intelectualmente falando (AKIN, 2019).

Apesar de não se ter representatividade de docentes negros para identificação e fortalecimento da identidade, os/as estudantes negros e negras, solicitam nos eventos acadêmicos como refere Fayola que “seja incluso essa temática [racismo] na semana acadêmica, que levem pessoas negras para palestrar porque assim a gente vai se ver representado”.

O pertencimento, segundo Santos (2009), está relacionado a uma forma de permanência com condições simbólicas de existência que também necessita de condições materiais para sua subsistência, como Fayola traz em sua fala sobre “investir bastante na compra de livros, na questão de melhorar minha alimentação pra estar bem”.

As condições materiais, ainda segundo Santos (2009), determinam que muitas vezes alguns estudantes tenham que abrir mão de vivenciar plenamente a universidade a fim de conseguir manter-se na mesma através do seu trabalho:

Ser um estudante negro é uma sensação de alguém que ta chegando atrasado numa instituição que já existe a um bom tempo. É ter dificuldades, principalmente financeira, pra conciliar a parte da formação acadêmica, porque são raros os negros que podem apenas estudar. Então, ser um estudante negro principalmente é sofrer com essa questão de que tu não consegue se dedicar 100% à faculdade (AKIN, 2019).

Conciliar estudos e trabalho nesse contexto impacta na permanência simbólica que, segundo Santos (2009, p. 72) “repercute de forma distinta sobre o desempenho e vida acadêmica”. Jamila relata que, durante a graduação, tentou trancar o curso três vezes:

[...] uma em função que eu não estava acompanhando a disciplina por não conseguir entender os textos, a outra vez foi porque chegava muito cansada do trabalho e outra vez também, porque quando larguei o trabalho de carteira assinada voltei a fazer faxinas, então eu chegava muito cansada na

universidade. Coisas assim que me fizeram pensar que não tinha como levar adiante (JAMILA, 2019).

O pensamento de desistência de Jamila não se concretizou por causa de algumas pessoas que foi encontrando no caminho universitário e fizeram a diferença, como o Secretário do curso que segundo ela “foi uma das pessoas que disse pra mim: não desiste porque tu tem sim potencial e tu vai sim acompanhar teus colegas”, e:

[...] uma professora que hoje é minha orientadora que me deu um suporte nessa questão de ajuda. A gente conversou muito, eu fui fazer uma disciplina com ela e acabei apaixonada pela disciplina [...] acho que foi aí que fui me dando de conta do que realmente era o curso e o meu lugar não só dentro da universidade, mas também fora dela (JAMILA, 2019).

Os atributos históricos e sociais ligados à condição racial segundo Silva (2017, p. 87) produzem dificuldades que acompanham as pessoas negras ao longo da vida, tais como: envergonhar-se ao entrar ou estar em lugares que, inicialmente, são percebidos como não sendo o seu lugar; "conviver com um sentimento de não ter direito a ser, com dificuldades de ocupar lugares de destaque". Neste sentido, a universidade, quando vista como um “não-lugar” para homens e mulheres negras, passa a se constituir como um dispositivo eficaz no processo de silenciamento e invisibilidade de um segmento da população, bem como da história e da cultura do país (BONILHA; SOLIGO, 2015, p. 32)

Então era aquela coisa e ainda continua sendo: eu não tenho lugar, não tenho espaço, meus colegas [...] não tem nem a consciência de fazer esse recorte, não tem a consciência do debate em si [...] é uma construção que eu comecei de eu saber e me ver como alguém completamente sobre uma pressão que tu não tem lugar, não tem espaço, não vai ser visibilizada nunca, pra alguém que se construiu como a pessoa mais chata do rolê em querer que isso seja visível (LATIFA, 2019).

Em meio a esse processo de silenciamento-invisibilidade, o que se pretende ao reivindicar a fala do “Negro” não é uma tentativa de calar outras vozes, mas sim, reivindicar algo que é direito de todos: existir e, diríamos ainda, de (re)existir.

5 Estratégias de (re)existência e de enfrentamento ao racismo

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi”*

(EMICIDA, 2019)

Segundo Silva (2017) o reconhecimento das condições sociais, históricas e raciais da população negra brasileira no contexto da clínica psicológica, bem como o conhecimento sobre o impacto que estas condições têm na construção da subjetividade das pessoas negras, se torna fundamental para que o silenciamento seja rompido. Ou ainda, para o estilhaçamento da máscara do silenciamento. No entanto, Conceição Evaristo (2017) em entrevista para Djamila Ribeiro ao site *Carta Capital*, salienta que o estilhaçamento ocorre de forma simbólica quando falamos com potência pelos orifícios da máscara. Eis uma pista sobre (re)existência!

A permanência na universidade é um obstáculo que segundo Alves e Amaral (2018, p. 113), está muito relacionado com “as possibilidades de (re)existência no curso e na universidade, mediante o enfrentamento à lógica racista colonial”. Os estudantes participantes do estudo visibilizaram estratégias que rompem o silêncio:

5.1 Presença de iguais na universidade

Estar nesta universidade pra mim é um orgulho muito grande, ver diariamente o curso onde estou cheio de pessoas negras me motiva bastante [...] a gente se vê em níveis de igualdade, sabe que o que eu sinto pode ser algo semelhante ao que outra pessoa sentiu, então tu sente um porto seguro em ver mais pessoas negras ali (FAYOLA, 2019).

Para Fayola, a presença de corpos negros na universidade constituem-se num porto seguro para estar, resistir e (re)existir neste espaço até então desconhecido. A identificação, torna potente a produção de conhecimento relacionado à vivência com as existências e experiências de sujeitos que não faziam parte deste espaço. Porém, a máscara do silenciamento representante do colonialismo, que hoje silencia de forma simbólica, faz com que constantemente se tenha que lutar pelo direito à voz, respeito de nossas falas e legitimação de nossas vozes na universidade.

O lugar de “silenciado estruturalmente” que o negro ocupa na universidade em decorrência da subalternização intelectual que nos trata socialmente de forma hierarquizada é explicado por Djamila Ribeiro. Os estudantes negros reivindicam não só o seu, mas o lugar de fala de toda a intelectualidade negra, tendo em mente que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. Neste sentido, “quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a

ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo” (RIBEIRO, 2017, p. 64).

É muito difícil e muito desgastante, principalmente, tu ser a única pessoa consciente que vá peitar e afrontar a academia, a estrutura da academia na questão de falar sobre racismo. Falar sobre estudos negros, falar sobre estudos negros intelectuais (LATIFA, 2019).

Para dar suporte a essa situação narrada por Latifa, os coletivos são constituídos, uma vez que dentro desses contextos, formados pelos próprios pares, o aluno negro se sente melhor acolhido e com liberdade para se expressar. A coletividade nesse sentido é o que possibilita a (re)existência, pois “a voz solitária ganha força e sentido quando ecoa em muitas bocas, produzindo fissuras no silenciamento” (ALVES; AMARAL, 2018, p. 114).

5.2 Constituição de coletivos negros

Formar um grupo com o objetivo de combater essa solidão intelectual e solidão lá dentro né, entre negros, tentar unir, tentar aproximar cada um (AKIN, 2019).

A construção de espaços onde a fala de estudantes negros e negras é legitimada pelo coletivo é um movimento de (re)existência que possibilita vivenciar a universidade pela ação da existência de corpos políticos negros na instituição. Segundo Alves e Amaral (2018, p. 115) estudantes negros e negras “constroem estratégias de enfrentamento ao racismo, de apoio mútuo aos sofrimentos vivenciados mediante a lógica racista colonial, de afirmação pessoal e grupal, de formação política, de simples e potente encontro com iguais”. Neste sentido, o coletivo tem como objetivo dar visibilidade para as demandas dos estudantes negros e negras, fomentar os debates sobre relações raciais e ampliar a representatividade negra na universidade.

O documento CREPOP aponta o questionamento como um dos efeitos psicossociais do racismo, onde o sujeito “percebe o impacto do racismo vivido e constrói recursos psíquicos e sociais para enfrentá-lo”. (CFP, 2017, p. 58)

Os alunos estão começando a dar andamento nisso né, não aceitar mais e se juntar com outras pessoas. Estão denunciando os comportamentos racistas (AKIN, 2019).

Junto ao questionamento o CREPOP aponta o crescimento como um dos efeitos psicossociais do racismo. Ambos ocorrem quando o sujeito está apoiado ”em

construções culturais e políticas contra o racismo, em laços familiares e amistosos...”, ocasionando a luta contra o racismo (CFP, 2017, p. 58).

5.3 Empoderamento

O contato com estudos negros possibilita o empoderamento, pois fortalece a identificação dos estudantes negros e negras. Sujeitos que acabam buscando suas referências por conta própria:

Depois que eu realmente me enxerguei, me identifiquei como pessoa negra. Pois eu não dizia que era negra eu sempre me rebaixava pra menos disso, dizia que era morena, que era uma mistura, era qualquer coisa menos negra. Mas aí com mais estudos adiante, quando tive contato de verdade com estudos negros foi quando eu realmente me assumi e tive um olhar mais crítico da situação (LATIFA, 2019).

A estudante Fayola afirma: “Depois que ingressei na universidade eu me empoderei ainda mais”. Segundo Berth (2019, p. 21) empoderar seria conduzir os indivíduos por diferentes estágios de “autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo”.

Eu sou capaz, eu consigo, eu vou, não importa o que a outra pessoa pensa. Se a pessoa tenta me derrubar ou fazer qualquer coisa, eu preciso resistir, ser forte e mostrar que eu sou capaz [...] Aos poucos as coisas estão mudando né a gente está conseguindo ocupar nosso espaço, a gente tá mostrando do que nós somos capazes e que a gente vai chegar onde a gente quiser (FAYOLA, 2019).

Muitas pessoas diziam que era um curso pra intelectual, que era pra filhinho de papai que vinha passar uma temporada de 4 anos em Pelotas e que era um curso que não dava base de emprego pra lugar nenhum e se dava se sabia muito bem quem eram os escolhidos [...] O meu conhecimento, o que aprendi, a minha experiência ninguém vai me tirar, ninguém pode me tirar, Isso é uma coisa que aprendi e quando é da gente ninguém tira (JAMILA, 2019).

Estágios também presentes nas narrativas de Jamila e Fayola quando falam da relação familiar e religiosa:

Eu sou de uma família que sempre disse assim: nós somos negros, nós somos pessoas que trabalham muito, nós temos nossos valores e não podemos deixar ninguém nos desvalorizar (JAMILA, 2019).

Meus pais são negros, toda minha família é negra e eu convivi muito tempo na igreja onde a maioria do pessoal que frequenta e participa são negros também [...] os meus pais me ensinaram isso e eu nunca rejeitei o fato de ser negra (FAYOLA, 2019).

O prefixo “auto” é o maior indicativo que o processo de empoderamento produz transformação efetiva a partir de movimentos internos do sujeito. Pessoas

empoderadas são importantes, mas não é o fim em si, pois segundo Berth (2019) somente por meio de uma coletividade empoderada é possível promover alterações nas estruturas sociais. Portanto, pensar em empoderamento é pensar em agrupamento de ações antirracistas.

6 O “Diz Aí” como estratégia de (re)existência

*“Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir”*

(EMICIDA, 2019)

O projeto de extensão “Diz Aí!: conversando sobre raça, gênero e sexualidade” oferece atendimento psicológico em grupo e/ou individual para pessoas cujo sofrimento psíquico está transversalizado pela violência de raça, gênero e sexualidade. Tem na interseccionalidade um conceito chave para pensar e organizar a escuta e o cuidado em saúde mental.

Segundo Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade “é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Nesse sentido, tem possibilitado a construção de uma escuta e de um cuidado em saúde mental politizado e engajado no enfrentamento ao racismo, sexismo e homo/transfobia, pois visibiliza, acolhe e reconhece as pessoas e seus sofrimentos. Como coloca Fayola:

Eu procurei atendimento psicológico, acompanhamento, para não desistir do curso. Então, eu procuro fazer o máximo possível, coloquei como prioridade meus estudos, a minha família tem me ajudado bastante, sempre me apoiando financeiramente, psicologicamente, tudo para que eu consiga ter bons resultados e concluir o curso (FAYOLA, 2019).

O grupo terapêutico constitui-se como um espaço potente de fala e escuta das vivências e experiências ali compartilhadas, mas, sobretudo, constitui-se como um espaço onde é possível nomear as diferentes formas de manifestação do racismo vivenciadas pelos seus integrantes.

Tu dá oportunidade da pessoa falar como ela se sente e o que é realmente o racismo, de que formas ele pode ser expressado, como ele pode acontecer. Eu acho que é extremamente importante falar sobre esta temática [...] normalmente eu abordo isso [racismo] ouvindo o relato de outro colega que está na terapia que fala sobre isso, aí eu explano. Porque meus problemas principais não são ligados à questão do racismo (FAYOLA, 2019).

Assim como no coletivo negro, o grupo terapêutico se torna um espaço de (re)existência a partir da identificação com o outro. Possibilita também relações de amizades e convivência além da sala de aula. Além disso, potencializa o empoderamento começando pelo autoconhecimento individual, chegando ao empoderamento grupal a partir dos vínculos estabelecidos.

Tem sido interessante, principalmente pelo fato de conversar com outras pessoas que também são semelhantes, de também terem sofrido racismo, de terem se sentido triste de não se sentir 100% inclusas na sociedade. É um autoconhecimento, isso tem me ajudado a me autoconhecer, a descobrir formas de como confrontar isso sem ficar numa tristeza tão profunda. Acho que o grupo é positivo nesse sentido. Questões também de amizade, muito bom conhecer mais pessoas que se parecem conosco dentro da universidade, que tenham também uma visão parecida (AKIN, 2019).

Me traumatizaram, tanto que eu entrei para o grupo também por causa das consequências disso. Um dos N motivos foi que eu não sabia conviver, eu não sabia conviver em ciclo de amizade, eu não sabia conviver com outra pessoa, eu não sabia me abrir, eu não sabia ter um vínculo porque isso nunca me foi permitido. E cada vez que eu tentava ter as pessoas eram muito inescrupulosas, é uma palavra forte pra isso, mas é a verdade, elas eram muito cruéis e falsas (LATIFA, 2019).

Nogueira (1988, p. 120) afirma que a anulação da presença do corpo negro do terapeuta no *setting* “nunca acontece, ao contrário do que ocorre fora do *setting*”. Para a autora a cor do terapeuta é imediatamente percebida pelo paciente, e a reação que este esboça nunca será uma agressão à pessoa do terapeuta, mas sim “uma forma de expressão” dos fantasmas do paciente (p. 120).

Neste sentido, segundo Luczinski e Ancona-Lopez (2010, p. 78) a presença da terapeuta “torna-se a primeira e talvez a sua principal intervenção ao longo de todo o processo”. Quando a terapeuta é negra e o atendimento psicoterápico é realizado para pessoas negras, neste caso para estudantes negros e negras, estes se sentem mais acolhidos para trazerem suas narrativas de sofrimento causado pela violência racista. O fato de que em algum momento a terapeuta também tenha vivenciado uma experiência de racismo pressupõe para eles que esta poderá compreendê-lo e manejar de forma mais eficiente do que um profissional que não tenha vivenciado essa temática.

Jamila menciona: “Cheguei e identifiquei tu como uma mulher negra eu me senti segura”; e Fayola completa: “ A gente se sente mais seguro, se sente melhor para se abrir, falar as coisas, porque é um dos teus ali contigo”. Akin corrobora com a ideia ao afirmar que:

O terapeuta sendo da nossa mesma cor, ele vai ter observado, vai ter olhado para as questões que a gente passa com um olhar bem semelhante. Então talvez ele tenha um cuidado que os demais terapeutas nessa questão. Eles vão ter uma empatia melhor, vão ter uma sensibilidade mais apurada em relação a isso daí e talvez eles consigam identificar na vida deles experiências que nos ajudem bastante. Então eu acho super relevante, um diferencial né, mas não que outras pessoas não consigam também ver isso né, mas eu acho que o esforço é maior (AKIN, 2019).

Pessoas não negras nunca experimentaram uma vivência racista por razões óbvias, e por terem menos contato em relação a um psicólogo negro, tem menos acesso às formas de compreensão e manejo deste tipo específico de sofrimento. Mas isso não quer dizer que um psicólogo não negro não tenha amparo teórico e técnico para desenvolver um trabalho de qualidade com as pessoas negras. Porém, pessoas negras pela não identificação com o terapeuta podem não se sentir acolhidos e confortáveis em abordar essa temática em terapia ou, levarão mais tempo para manifestar seu sofrimento.

Eu acho que se chegasse à terapia e viesse uma mulher branca eu não sei como seria, não vou dizer que eu não faria terapia (JAMILA, 2019).

Eu acho que profissionais da psicologia negros atendendo estudantes negros a gente está em família, é isso que eu me sinto acolhida então eu acho assim tem que ter mais profissionais em todas as áreas para acolher, porque a gente, eu não vou dizer que não me dou bem com pessoas brancas, não é isso, eu me dou bem, mas eu me sinto em casa com gente da minha gente. E eu acho que é por isso que eu consegui falar, me abrir tanto contigo nas conversas, coisas que eu levaria muito mais tempo com outra pessoa branca. Contigo foi diferente, eu acho que essa questão é sim de afinidade, mas é questão de cor também, isso que eu senti (JAMILA, 2019).

A presença de uma psicóloga negra tornou-se para estes estudantes um modelo de representatividade para identificação e fortalecimento da identidade, pois possibilita intervenções direcionadas ao fortalecimento e resistência em relação ao racismo e com isso, causa impactos e transformações na vida do estudante que procurou acompanhamento para tratar dessa demanda de ordem identitária e de constituição de subjetividade.

Para que os profissionais da psicologia não invisibilizem a violência racista é necessário que ocorra a compreensão dos efeitos do racismo para assim conseguir auxiliar seus pacientes negros em seus sofrimentos. Legitimar a questão do racismo como uma questão de todos e todas, significa compromisso profundo para seu enfrentamento. Legitimar que racismo produz sofrimento na pessoa e no laço social necessita que os profissionais estejam engajados também com essa perspectiva, do

social que atravessa o atendimento, pois o enfrentamento do racismo é uma tarefa coletiva. Os psicólogos precisam lidar com sua própria racialidade, na maioria das vezes, com sua branquitude, lugar social de privilégio definido pela raça, já que temos uma grande maioria de psicólogos brancos.

7 Permita que eu fale: Algumas considerações

O presente estudo visibilizou nosso corpo político negro, nossas histórias, (re)existências e subjetividades produzidas em meio ao silenciamento-invisibilidade vividos no ambiente universitário. Dando-nos pistas sobre a necessidade de fomentar e qualificar a escuta psicológica na perspectiva de uma atuação antirracista.

No contexto universitário Akin, Latifa, Fayola e Jamila (re)existem em meio à invisibilidade e ao silenciamento impostos pelo racismo colonial, na medida em que lançam mão de espaços coletivos formados por pessoas negras e buscam o fortalecimento das relações interpessoais e da qualificação acadêmica e política entre iguais. Portanto, a coletividade negra constitui-se como o alicerce que viabiliza e potencializa a permanência desses estudantes negros e negras na universidade.

Os movimentos de (re)existência se tornam possíveis, e a permanência na universidade é uma possibilidade de transformação social. As ações afirmativas obrigaram à descolonização, impondo aos diferentes sujeitos que co-habitem, que co-existam. A universidade, mais do que cada sujeito beneficiário da política de cotas e suas famílias, é enriquecida todos os dias pela produção que nós lhe entregamos. Contudo, o percurso acadêmico é extremamente doloroso para os estudantes negros e negras, porque nega nossa existência e nossos saberes. A universidade atualiza e potencializa essa negação, que é vivenciada diariamente na sociedade brasileira.

Os movimentos de (re)existência se tornam necessários para enfrentar o constante racismo no curso e na universidade, além disso a presença e relação com os iguais permite a reinvenção dos corpos políticos negros e negras. Ou seja, esses estudantes encontraram na presença de iguais, na constituição de coletivos, no empoderamento e no grupo terapêutico espaços potentes de constituição e

fortalecimento de suas identidades que possibilita compartilhar vivências pela ação da existência de corpos políticos negros na instituição.

Nossos corpos negros, até então desumanizados, silenciados e invisibilizados, reivindicam a negritude política que nos constitui. E isso é possível, a partir do encontro entre sujeitos negros que estejam construído a “consciência negra do negro”, seja na relação terapeuta-paciente, paciente-paciente, aluno-aluna, professora-alunos, todos negros. É esse encontro de pares, de iguais, mesmo que na diferença, que vai permitir que negros e negras compreendam que não somos nós os problemas, não somos nós que não nos encaixamos, mas sim são as engrenagens do sistema que possuem um grande defeito, a colonização.

Quanto a possibilidade da escuta clínica de vozes silenciadas estilhaçar a máscara do silenciamento e da invisibilidade de pessoas negras, o indicativo dos estudantes entrevistados está na presença do/a psicólogo/a negro/a e na aposta de que os/as psicólogas brancos/as exercitem a compreensão da sua branquitude e do quanto ela produz a violência racista.

Assim, legitimar o sofrimento produzido pela violência racista constitui-se num desafio para psicólogos/as brancos/as. Afinal, psicólogos/as brancos/as necessitam lidar com sua própria racialidade, com seu privilégio branco. Ou seja, os/as psicólogos/as brancos/as precisam reconhecer o lugar social de privilégio que a ideia de raça lhes impõe, além de, como refere Fanon (2008, p. 44) “ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”. Eis questões que necessitam ser aprofundadas na perspectiva de qualificar a escuta clínica de psicólogos/as brancos/as.

Assim como os estudantes negros e negras participantes do estudo, foi a experiência coletiva, com outros sujeitos negros, que propiciou minha (re)existência dentro da universidade.

Referências

ALVES, Míriam Cristiane; AMARAL, Tatiane Coelho. Ações afirmativas, subjetividades e (re)existências: estudantes negros e negras cotistas no curso de psicologia da UFPEL. In: CALAZANS, Márcia Esteves de; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emilia. (Orgs.). **América Latina: corpos, trânsitos e resistências**. Volume 2. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 97-124.

BENEDITO, Maria de Souza. **Psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica**. Dissertação (mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n. 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 07 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BONILHA, Tamyris Proença; SOLIGO, Ângela Fátima. O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 68, n. 2, p. 31-48, 15 jul. 2015. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/183>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no Ensino Superior**. São Paulo: Attar 2005. 2ª ed.: 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP), Resolução n° 010/05. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, XIII Plenário. Brasília. DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP), **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP), **Resolução n. 018**, de 19 de dezembro de 2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>. Acesso em: 23 nov. 2018.

COSTA, Jurandir Freire. “Da cor ao corpo: a violência do racismo”. Prefácio. In: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002

EMICIDA. **AmarElo** (Sample: Belchior – Sujeito de Sorte) part. Majur e Pablo Vittar, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=opcrBeEdW9I>> Acesso em: 26 jun. 2019.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, (Trabalho original publicado em 1952), 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 19, n. 34, p. 202-213, jul. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25767>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. e Estado.**, Brasília, v.31, n.1, p. 25-49, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2018.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. In: WERNECK, Jurema. (org.) O Livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.

KILOMBA, Grada. **A Máscara**. Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, 2010. p. 171-180. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968>>. Acesso em 17 de out. 2018.

LUCZINSKI, Giovana Fagundes; ANCONA-LOPEZ, Marília. A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 75-82, Mar. 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. 1ª ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MINAYO, Maria Cecília Souza (org). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. (Org). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 33-44.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Cor e Inconsciente. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. (Org). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 121-126.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro** (Tese de doutorado). Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, São Paulo, Ipusp, 1988. Disponível em:
<<http://www.ammapsique.org.br/baixex/corpo-negro.pdf>> Acesso em: 17 de out. 2018

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.84-130.

RIBEIRO, Djamila. Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. **Carta Capital**, 13 de maio 2017. Disponível em:
<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-2017nossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio2017d>> Acesso em: 17 de out. 2018

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Pule, Garota. In: Rimas & Melodias. **Manifesto/Pule, Garota part. Djamila Ribeiro**, 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=opcrBeEdW9I>> Acesso em: 30 nov. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, 2009.

SILVA, Maria Lucia. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: BATISTA, Luís Eduardo; KALCKMANN, Suzana (Orgs.). **Seminário saúde da população negra de São Paulo 2004**. São Paulo, SP: Instituto de Saúde, 2005. p.129-132.

SILVA, Maria Lúcia. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, Noemi Moritz; : _____ ; ABUD, Cristiane Curi. (Org). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 71-89.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Apêndice



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o) participante:

Sou estudante do Curso de Psicologia da UFPEL e estou desenvolvendo um estudo intitulado: **Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial**, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Miriam Cristiane Alves. Este estudo integra uma das ações do projeto de pesquisa “A Violência do Inexistir: a construção de uma Clínica Política Decolonial”, do curso de Psicologia da UFPEL. O referido projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FAMED/UFPEL em 21 de junho de 2017 – parecer número 2.128.721. O objetivo do meu estudo é compreender os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio a invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial, na perspectiva de contribuir para uma escuta terapêutica qualificada.

Sua participação é voluntária e envolve participar de uma entrevista semiestruturada onde conversaremos sobre modos de Ser e (Re)Existir na universidade em meio a Invisibilidade-silenciamento impostos pelo racismo colonial. As entrevistas acontecerão em data, horário e local a combinar. Faremos a gravação em áudio das conversas se assim você permitir.

O estudo apresenta riscos mínimos. No entanto, a atividade de entrevista poderá acarretar desconfortos ou constrangimento, e para minimizá-los as questões debatidas poderão ser ou não respondidas na sua totalidade, podendo haver desistência da participação em qualquer momento, sem prejuízo para você.

Na publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Este documento foi elaborado em duas vias idênticas que serão assinadas por você e pelas pesquisadoras. Uma cópia ficará com você e outra com as pesquisadoras.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo Telefone: (51) 993960464 ou Email: evi.rosinha@hotmail.com

Atenciosamente,

Prof^a. Dr^a. Miriam Cristiane Alves

Local e data

Evellyn Gonçalves da Rosa

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura da participante

Local e data